



RETIFICAÇÃO

Nas Portarias SE nºs 1.139 e 1.140, de 16 de agosto de 2016, publicadas no Diário Oficial da União nº 159, de 18 de agosto de 2016, Seção 2, página 36, na linha em que se lê: "...Coordenador-Geral de Gestão de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal...", leia-se: "...Coordenador-Geral de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal...".

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII e XVI do artigo 51 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008, resolve: DESIGNAR, JONAS SOARES SANTOS, CPF nº 027.681.263-81, para exercer o encargo de Responsável pelo Registro da Conformidade de Gestão dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que dão suporte aos registros das Unidades Gestoras 200324 e 200332 do DEPEN.

MARCOS ANTÔNIO SEVERO SILVA

PORTARIA Nº 69, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII e XVI do artigo 51 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008, resolve: DISPENSAR, FAHANO MEIRA VIEIRA, CPF nº 895.527.251-00 do encargo de Responsável Substituto pelo Registro da Conformidade de Gestão dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que dão suporte aos registros das Unidades Gestoras 200333, 200323, 200324, 200332 do DEPEN.

MARCOS ANTÔNIO SEVERO SILVA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PORTARIAS DE 6 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas nos incisos IV e X do art. 35 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25 de abril de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no DOU nº 80, de 28 de abril de 2016, e na Portaria nº 499, de 29 de maio de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, publicada no DOU nº 106, de 5 de junho de 2014,

Nº 6.989 - EXONERAR o Delegado de Polícia Federal ÁLVARO ROGERIO DUBOC FAJARDO do cargo de Corregedor Regional da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, código DAS 101.1, a partir de 08/02/2017.

Nº 6.990 - NOMEAR o Delegado de Polícia Federal MÁRCIO ADRIANO ANSELMO para o cargo de Corregedor Regional da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, código DAS 101.1.

Nº 6.991 - EXONERAR a Papiloscopista Policial Federal LUCIENE MARQUES DA SILVA do cargo de Chefe do Serviço de Identificação Papiloscópica e de Representação Facial Humana da Divisão de Identificação, de Informações Criminais e de Estrangeiros do Instituto Nacional de Identificação da Diretoria Executiva, código DAS 101.1.

Nº 6.992 - NOMEAR a Papiloscopista Policial Federal PRISCILLA DE JESUS ROSCIA para o cargo de Chefe do Serviço de Identificação Papiloscópica e de Representação Facial Humana da Divisão de Identificação, de Informações Criminais e de Estrangeiros do Instituto Nacional de Identificação da Diretoria Executiva, código DAS 101.1.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 5.199, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX, do artigo 42, do Regimento Interno da PF, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25/04/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/2016, Seção I, pp. 63/68, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08352.000179/2007-00, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria-DGP/DPF nº 522, de 1º de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 05 de março de 2007, que aposentou o servidor RUBEM NEVES RANGEL, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 0178492, tendo em vista o Despacho nº 2013-4380-DP/DPF-CE/SFC/CGU/PR-APO-NFC, de 10/06/2013, da Controladoria-Geral da União (atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Contas), que se reportou à ilegalidade da contagem ficta de tempo de serviço relativo ao período trabalhado sob a égide da Lei nº 3.313/1957 (20%), bem como à fração de Licença Prêmio por Assiduidade (LPA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/leis.html>, pelo código 00022017030800041

MANTER aposentado o nominado servidor, com fundamento no artigo 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com proventos integrais e paridade correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com o artigo 38, alínea "a", da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965 c/c a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, tendo em vista a complementação do recolhimento previdenciário, conforme exigência legal.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 5.127, DE 16 DE FEVEREIRO 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo inciso XVII do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25 de abril de 2016, publicada no DOU nº 80, de 28 de abril de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08455.001051/2017-79, resolve:

Declarar vago, a partir de 25 de janeiro de 2017, o cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, ocupado por DANIEL DRUMOND DUTRA LUIZ MACHADO, matrícula SIAPE nº 2341453, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com fundamento no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 5.213, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIV e XIX, do Artigo 42, do Regimento Interno da PF, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25/04/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28/04/2016, Seção I, pp. 63/68, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08255.002183/2017-74, resolve:

Conceder aposentadoria especial voluntária a FRANCISCO ROSIER DA SILVA JUNIOR, matrícula SIAPE nº 177695, ocupante do cargo de Agente de Polícia Federal, Classe Especial, do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, com fundamento no artigo 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 144, de 15 de maio de 2014, com proventos integrais e paridade correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com o artigo 38, alínea "a", da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e c a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

JOSÉ RITA MARTINS LARA
Substituto

PORTARIA Nº 5.217, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XII do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25 de abril de 2016, publicado no DOU nº 80, de 28 de abril de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08200.315146/2016-88, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2016, MARIANA SILVA MELENDEZ, matrícula SIAPE nº 1432265, do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, declarando, por consequência, a vacância do mencionado cargo, com fundamento no caput do art. 34 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

JOSÉ RITA MARTINS LARA

PORTARIA Nº 5.218, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25/04/2016, publicada no DOU nº 80, de 28/04/2016, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 08285.304863/2016-91, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4.921/2017-DGP/DPF de 21/01/2017, publicada no DOU nº 17 de 24 01 2017, página 24/25, na parte:

"DESIGNAR o Delegado de Polícia Federal THIAGO MONJARDIM SANTOS para a função de Chefe do Núcleo de Inteligência Policial/SR/PF/ES, código FG-03."

JOSÉ RITA MARTINS LARA

PORTARIA Nº 5.219, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 490, de 25/04/2016, publicada no DOU nº 80, de 28/04/2016, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 08285.304863/2016-91, resolve:

DESIGNAR o Delegado de Polícia Federal THIAGO MONJARDIM SANTOS para a função de Chefe do Núcleo de Inteligência Policial/SR/PF/ES, código FG-03.

JOSÉ RITA MARTINS LARA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 138, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e pela Portaria nº 2.586/MJ, de 16 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 17 de outubro de 2012, resolve:

Designar a servidora MERY MIOTTI FONSECA, matrícula nº 0446272, CPF nº 329.400.761-20, para exercer a função gratificada de Assistente III, código FG-3, no Serviço de Cadastro, Movimento de Assistentia e Lotação da Coordenação de Administração de Pessoal da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração e Gestão desta Fundação.

ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 670, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve: Nomear ANDRE LUIS DANTAS DE MENDONÇA, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Suporte Administrativo, código DAS 101.2, nº 10.0012, da Coordenação de Organização Administrativa, da Consultoria Jurídica.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 671, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Designar VIVIAN BEATRIZ ALVES DA SILVA, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe da Divisão de Triagem e Internalização de Processos, código FCPE 101.2, nº 10.0016, da Coordenação-Geral de Gestão, Assuntos Disciplinares e de Pessoal, da Consultoria Jurídica, ficando exonerada do cargo que atualmente ocupa.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 672, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Designar ROMANA DE OLIVEIRA NEVES, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe da Divisão de Instrução e Destinação de Processos, código FCPE 101.2, nº 10.0017, da Coordenação-Geral de Gestão, Assuntos Disciplinares e de Pessoal, da Consultoria Jurídica, ficando dispensada da que atualmente ocupa.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 673, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Dispensar JOSEILTO GOMES DE LIMA da Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe da Divisão de Registro Físico de Documentos, código FCPE 101.2, nº 10.0018, da Coordenação-Geral de Gestão, Assuntos Disciplinares e de Pessoal, da Consultoria Jurídica.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 674, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Designar DAYANA BARBOSA SILVA, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe da Divisão de Registro Físico de Documentos, código FCPE 101.2, nº 10.0018, da Coordenação-Geral de Gestão, Assuntos Disciplinares e de Pessoal, da Consultoria Jurídica, ficando dispensada da que atualmente ocupa.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 675, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.